

---

## OFICINA DE LIBRAS: NO AMBITO EDUCACIONAL, NA SAÚDE E ALIMENTÍCIO

### LIBRAS WORKSHOP: IN THE EDUCATIONAL AREA, IN HEALTH AND FOOD

Maria Durciane Oliveira Brito<sup>1</sup> Ely Batista de Oliveira Júnior<sup>2</sup> Mateus José Ribeiro<sup>3</sup>  
Maria Cristina Barbosa Pereira<sup>4</sup> Hérica Tanhara Souza da Costa<sup>5</sup>  
Bruna Pamela dos Reis Souza<sup>6</sup>

---

**RESUMO:** Esse artigo aborda como tema Oficina de LIBRAS: Conhecendo a língua Brasileira de Sinais, em três ambientes: educacional, empresarial no âmbito da saúde, empresarial no ramo alimentício. Para a pesquisa traçou-se como objetivo geral analisar as contribuições das oficinas de LIBRAS em diversos contextos alimentício, saúde e educacional. E como objetivos específicos, averiguar a contribuição da oficina de LIBRAS no ambiente empresarial no ramo de alimentos; avaliar a contribuição da oficina de LIBRAS no âmbito da saúde e investigar a contribuição da oficina de LIBRAS no âmbito educacional. A metodologia aplicada munuiu-se de uma pesquisa bibliográfica, pautado em teóricos como: Brasil (2018); Gesser (2009); Machado (2004); entre outros que deram credibilidade a esse estudo, como também, uma pesquisa de campo nos lugares citados onde aplicou-se as oficinas de LIBRAS e buscou-se repassar o conhecimento básico do idioma. Com isso observou-se a grande necessidade desses departamentos públicos e privados terem esse conhecimento básico do segundo idioma do País.

**Palavras-chave:** Oficina, Educacional, Saúde, Alimentício.

**ABSTRACT:** This article addresses the theme LIBRAS Workshop: Knowing the Brazilian Sign Language, in three environments: educational, business in the health field, business in the food industry. For the research, the general objective was to analyze the contributions of LIBRAS workshops in different food, health and educational contexts. And as specific objectives, investigate the contribution of the LIBRAS workshop in the business environment in the food industry; evaluate the contribution of the LIBRAS workshop in the field of health and investigate the contribution of the LIBRAS workshop in the educational field. The applied methodology provided a bibliographic research, based on theorists such as: Brasil (2018); Gesser (2009); Machado (2004); among others that gave credibility to this study, as well as a field research in the places mentioned where the LIBRAS workshops were applied and sought to pass on basic knowledge of the language. As a result, there was a great need for these public and private departments to have this basic knowledge of the country's second language.

**Keywords:** Workshop, Educational, Health, Food.

---

<sup>1</sup> Universidad Tecnológica Intercontinental. [durciane@ifpi.edu.br](mailto:durciane@ifpi.edu.br).

<sup>2</sup> UNIASSELVI. [elytj3@gmail.com](mailto:elytj3@gmail.com).

<sup>3</sup> Universidade Estadual do Piauí. [mateusjrbeiro tutor@gmail.com](mailto:mateusjrbeiro tutor@gmail.com)

<sup>4</sup> Universidade Federal do Piauí. [cristinapereirabp4@gmail.com](mailto:cristinapereirabp4@gmail.com)

<sup>5</sup> [hericasouza047@gmail.com](mailto:hericasouza047@gmail.com)

<sup>6</sup> Instituto Federal do Piauí. [brunareis177@gmail.com](mailto:brunareis177@gmail.com)

## 1. INTRODUÇÃO

A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, é a língua da comunidade surda no Brasil, utilizada em todos os lugares que os surdos frequentam. É uma língua visual espacial, que utiliza do corpo principalmente as mãos e o rosto para realizar as expressões faciais e repassar o real sentido dos sinais. Por isso, necessita da visão para ser reproduzida e percebida pelos surdos.

A LIBRAS é oficializada no Brasil através da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, onde reconhece a LIBRAS como segunda língua oficial do País e como forma de expressão e comunicação, contendo de uma estrutura gramatical própria. E o Decreto 5.626 de 22 de Dezembro de 2005 que regulamenta a Lei, aborda no capítulo VI a garantia do direito a educação à pessoa surda ou com deficiência auditiva. No capítulo VII dá garantia do direito a saúde à pessoa surda ou com deficiência auditiva. E o VIII aborda que é papel do poder público e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos, o apoio ao uso e difusão da LIBRAS.

Porém, mesmo que o Decreto e os capítulos expostos, deem grande importância a difusão da LIBRAS em todos os ambientes, ainda falta muito para uma real inclusão do surdos nesses lugares.

Mediante o exposto, a presente pesquisa tem como objetivo central estabelecer qual a contribuição das oficinas de LIBRAS nos ambientes educacional, empresarial e de saúde. Diante desse questionamento que surge como objetivo geral analisar as contribuições das oficinas de LIBRAS em diversos contextos alimentício, saúde e educacional e como objetivos específicos averiguar a contribuição da oficina de LIBRAS no ambiente empresarial no ramo de alimentos; avaliar a contribuição da oficina de LIBRAS no âmbito da saúde e investigar a contribuição da oficina de LIBRAS no âmbito educacional.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: LIBRAS COMO SEGUNDA LÍNGUA PARA OUVINTES

A língua de sinais é a forma de comunicação utilizada pela grande maioria dos surdos, e os surdos que ainda não tem o conhecimento da língua de sinais utilizada em seu país utilizam-se de gestos ou mímicas para que ocorra uma comunicação com a comunidade ouvinte ao seu redor. A língua de sinais é símbolo de identificação entre a comunidade surda.

A pantomima é uso do corpo e dos gestos para se expressar, e as pessoas surdas tem mais facilidade do que os ouvintes em se comunicar assim. Perreira afirma que “Surdos de Países diferentes são capazes de se comunicar melhor que pessoas ouvintes que falam diferentes

línguas orais” (p.3, 2011). Através do uso da Pantomima dar-se a impressão que as línguas de sinais são universais, porém isso não é verídico.

Gesser (p. 11, 2009) aborda que “a universalidade está ancorada na ideia de que toda língua de sinais é um “código” simplificado apreendido e transmitido aos surdos de forma geral.” Cada país possui a sua língua de sinais, assim como ocorre nas línguas orais. Em qualquer lugar que exista surdo interagindo, haverá também língua de sinais seja oficial ou não. Porém, segunda a autora Gesser, podemos dizer que “o que é universal é o impulso dos indivíduos para a comunicação, e no caso dos surdos, esse impulso é sinalizado” (p.12, 2009).

Outro aspecto das línguas de sinais é a sua gramática própria. A LIBRAS que é a língua de sinais do Brasil possui sim uma gramática própria. O Artigo 1º da Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 em seu parágrafo único aborda que a LIBRAS possui “uma estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidade de pessoas surdas no Brasil”.

As línguas de sinais possuem uma gramática própria, sempre se relacionando aos aspectos visuais da língua. O primeiro pesquisador dos aspectos fonológicos foi Willian Stokoe (1960), foi o primeiro linguista a propor um modelo fonológico de análise das línguas de sinais a partir da Língua de Sinais Americana (ASL), Stokoe apresenta um estudo das unidades de configurações de mão (formas das mãos), localização (locais onde os sinais são realizados) e o movimento (a forma como é realizado os sinais no corpo ou fora do corpo).

Com base na gramática da LIBRAS e na sinalização, as pessoas geralmente pensam que os sinais são uma cópia da língua portuguesa, que são sinais icônicos, semelhantes as imagens. Como aborda Markowicz, essa crítica refere-se ao fato de que muitos sinais parecem estabelecer uma relação direta, quase transparente com o conceito que se refere. Diferentes das línguas orais, que sua relação é arbitrária, não são motivadas pelas semelhanças entre o objeto e a palavra usada para se referir a ele. Com o passar dos anos e as mudanças nas línguas de sinais, as mesmas vão perdendo esses aspectos icônicos e tornando-se arbitrários, através dos empréstimos dos sinais para a criação de outros sinais.

Os surdos constituem uma comunidade linguística própria e minoritária, os aspectos que os identifica são a língua de sinais e a cultura visual. Pertencer à comunidade surda pode ser caracterizado pelo domínio da língua de sinais e pelo contato com a comunidade surda em seu dia a dia, como também pelo uso contínuo da língua de sinais nos diversos lugares da sociedade.

Lane, Hoffmeister e Bahan (1996) referem que a língua de sinais tem basicamente três papéis para os surdos: ela é o símbolo da identidade social, é um meio de interação social e é um depósito de conhecimento cultural. Segundo Sacks, quando desconhecemos a Língua de

Sinais também desconhecemos a potencialidade do sujeito que a utiliza e conseqüentemente a cultura surda.

No ano de 2017 o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi sobre “Os desafios para a formação educacional de surdos no Brasil” no qual esse teste buscou analisar como a sociedade compreende a inclusão de surdos em todo o Brasil e se a mesma conhece algo sobre o tema. Com base nessa prova a sociedade Brasileira começou a ter um olhar diferenciado para o surdo, porém ainda falta a acessibilidade linguística para que o surdo seja inserido realmente na comunidade Brasileira ouvinte.

Destacando a importância do aprendizado da LIBRAS, Machado ressalta:

“Atualmente, encontra-se diversas abordagens educacionais que comprovam que o processo de aquisição da língua de sinais e da língua portuguesa, tanto por sujeitos Surdos como por ouvintes, endossa a formação de comunidades bilíngues para uma comunicação entre Surdos e ouvintes”. (MACHADO, 2014, p. 18)

Observa-se que a comunicação é uma via de mão dupla. Não devemos esperar que apenas o surdo tenha que aprender a Língua Portuguesa na sua modalidade escrita. Pois os ouvintes precisam, também, se dedicar ao aprendizado desta língua visual espacial, para que haja acessibilidade linguística para o surdo em todos os espaços sociais e, assim, a real inclusão desse sujeito na sociedade.

A Constituição Federal 1988, em seu artigo 203, inciso IV visa à integração social, “a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária”.

De acordo com o texto da Constituição Brasileira, em seu Artigo 208, fica garantido "O atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino". A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), lei nº 9394/96, procurando garantir o determinado na constituição estabelece em seu Artigo 58 que, na concepção da Lei, a "educação especial" é definida como “a modalidade de educação escolar na rede regular de ensino, para os educandos portadores de necessidades especiais”.

Desde a promulgação da Legislação que oficializa a abordagem bilíngue na educação das pessoas surdas, em 2002, Lei 10.436/02 (BRASIL, 2002) e o Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005) que regulamenta essa Lei, os sistemas de ensino tentam se organizar, com maior fomento governamental a partir da aprovação do decreto, para promover uma educação bilíngue às pessoas surdas.

Entretanto, a educação para surdos no Brasil ainda é um desafio no sentido de apresentar como resultado a formação de sujeitos surdos bilíngues, sobretudo nas regiões fora

dos grandes centros. A começar pela organização dessa educação que exige não apenas reserva de espaços de apoio específicos, mas também requer uma formação específica para os profissionais envolvidos na educação desses sujeitos. Mesmo com alguns avanços nessa luta secular das pessoas surdas, os ganhos são paulatinos.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e mais recentemente a LBI – Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015) vem ressaltando a necessidade das adequações em todos os âmbitos para que as pessoas surdas possam ter acessibilidade na sociedade e possam se constituir como cidadãos. Para o sujeito surdo as adequações são muito específicas, pois dizem respeito a uma necessidade linguística desse sujeito. Ou seja, é uma adequação que inclui impreterivelmente a inclusão de outra língua no sistema educacional, em vários níveis e organizações. No Brasil, conforme explicitado na Legislação já citada, a LIBRAS deve ser ensinada como Língua 1, e a Língua Portuguesa como Língua 2.

O Decreto n.º 5.626 (BRASIL, 2005) traz exigências para que a educação bilíngue de surdos se efetive, no aspecto da inclusão da disciplina de LIBRAS nas licenciaturas (Artigos 3.º, 9.º); a orientação de como deve se dá a formação de professores bilíngues e intérpretes para que se tenha profissionais habilitados à implementação dessa educação bilíngue (Artigos 4.º e 5.º); a disciplina de Língua Portuguesa como segunda língua para surdos nos cursos de licenciatura em Letras com habilitação em Língua Portuguesa (Artigo 13); e diversas outras ações em outras instâncias e contextos, a exemplo da disciplina de LIBRAS na educação básica - Ensino Fundamental e Médio (Artigo 15, II).

Para que aconteça essa inclusão dos surdos com êxito como previsto na Legislação, é necessário que ocorra as devidas mudanças em todo o currículo educacional e em todos os âmbitos da sociedade, visto que o sujeito surdo ele não está inserido apenas no âmbito educacional, como também no âmbito social e na saúde, para que ocorra um “ambiente linguístico sinalizado” (SLOMISKI, 2011, P. 66).

### 3. MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo fez uso de pesquisa bibliográfica, onde focou-se em renomados autores da área de LIBRAS e sobre a divulgação da LIBRAS como segunda língua para a comunidade ouvinte, utilizou-se dos seguintes autores: Ronice Quadros, Márcia Goldefeld, Audrei Gesser, Cristina Lacerda, entre outros; utilizou-se também das Leis disponibilizadas no Google Acadêmico e SciELO através de pesquisas em revistas acadêmicas, teses, artigos científicos.

Esta pesquisa se pauta numa abordagem qualitativa e quantitativa, pois buscou em seus instrumentos a disseminação da LIBRAS como instrumento de inclusão do surdo no âmbito social, saúde e educacional.

A oficina foi dividida em três lugares, na rede educacional, empresarial e da saúde, na cidade de Parnaíba – PI, com o intuito de divulgar a LIBRAS em vários lugares da sociedade, para que a comunidade ouvinte tenha um conhecimento básico da LIBRAS, para obter uma comunicação com os surdos. O período de 02/02 a 06/06 de 2020, foi utilizado para realizar as oficinas nas três áreas mencionadas, para que seja apenas de incentivo para as demais pessoas inseridas nessas comunidades, possam buscar um conhecimento do idioma para que a comunidade surda seja realmente inserida e incluída em todos os lugares.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa foi concretizada no primeiro momento no âmbito educacional, no qual foi realizado uma oficina de LIBRAS básico para os professores de uma escola pública municipal, durante o período da semana pedagógica da escola. O motivo da escolha dessa escola é pelo fato de que já teve um aluno surdo matriculado, porém os professores não tinham um conhecimento em LIBRAS, por conta disso viu-se a necessidade do conhecimento dessa língua.

A oficina foi realizada no dia 03 de março de 2020, no turno manhã, com a presença de 10 profissionais incluindo, professores, gestores, secretaria e serviço geral, durante a oficina foi abordado os sinais básicos da LIBRAS, como por exemplo alfabeto manual, números, saudações, explicação de alguns termos que os profissionais tinham dúvidas.



(1 OFICINA DE LIBRAS – NO AMBITO EDUCACIONAL - ARQUIVO PESSOAL)

A oficina no âmbito educacional foi bem proveitosa, os profissionais da escola abordaram a necessidade de conhecer a LIBRAS e ter um curso básico de LIBRAS, visto que na comunidade tem muitos surdos e filhos de surdos que estudam na escola e é necessária essa comunicação entre ambos.

De acordo com a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, todas as empresas precisam capacitar os seus funcionários para um atendimento inclusivo. No dia 05 de Março de 2020 foi realizado a oficina II no âmbito empresarial do ramo de saúde e beleza nos aspectos de estética, um local bem renomado na cidade de Parnaíba-PI. A determinada empresa viu a necessidade de ter esse conhecimento da Língua, e mediante isso a pesquisadora buscou ofertar uma oficina de LIBRAS básico para todos os funcionários do estabelecimento, para que os mesmos pudessem atender a comunidade surda através de sua língua materna.

A oficina foi dividida nos aspectos teóricos e práticos, para que os mesmos possam conhecer as nomenclaturas corretas e ter esse conhecimento básico na prática em LIBRAS, foram trabalhados os sinais básicos da língua, como o alfabeto, sinais de saudações, números e os sinais de transações comerciais e bancárias.



(II OFICINA DE LIBRAS – NO AMBITO EMPRESARIAL – SAÚDE E ESTÉTICA - ARQUIVO PESSOAL)



(II OFICINA DE LIBRAS – NO AMBITO EMPRESARIAL – SAÚDE E ESTÉTICA - ARQUIVO PESSOAL)

A terceira oficina foi realizada no âmbito empresarial, setor de alimentação, um local bem conhecido e frequentado na cidade, e a proprietária do local sentiu a necessidade de uma capacitação em LIBRAS por conta da frequência de clientes surdos e a falta de preparo e conhecimento dos profissionais que trabalham no local com o uso desse idioma. Algumas das vezes ocorreu o erro de pedido por conta da falta de compreensão do que foi solicitado, com isso surgiu a ideia da oficina de LIBRAS para os funcionários da empresa. A oficina ocorreu em três encontros, onde um deles aconteceu no turno manhã antes mesmo de ser aberto o local e os outros dois encontros no final do expediente. O local recebeu o seu sinal em LIBRAS com o auxílio da comunidade surda e no final das oficinas teve a participação de alguns alunos do curso de LIBRAS básico de uma instituição da cidade, para que os funcionários treinassem o que foi aprendido no decorrer de cada oficina.

# RACE - Revista de Administração do Cesmac

Volume 7, 2020

ISSN 2675-3766



(III OFICINA DE LIBRAS – NO AMBITO EMPRESARIAL – ALIMENTOS - ARQUIVO PESSOAL)



(III OFICINA DE LIBRAS – NO AMBITO EMPRESARIAL – ALIMENTOS - ARQUIVO PESSOAL)

## 5. CONCLUSÃO

Este artigo teve como objetivo geral analisar as contribuições das oficinas de LIBRAS em diversos contextos social, saúde e educacional e como objetivos específicos averiguar a contribuição da oficina de LIBRAS no ambiente social; avaliar a contribuição da oficina de LIBRAS no âmbito da saúde e investigar a contribuição da oficina de LIBRAS no âmbito educacional. Para responder esses objetivos foi necessária uma visita e entrevista nos lugares citados nos objetivos, para marcar o dia de cada oficina e conhecer o público envolvido. O que se pôde concluir mediante a análise dos dados é que a embora a inclusão esteja em um processo de crescimento e a LIBRAS já é conhecida pela comunidade, por conta de ainda não ser obrigatória, as pessoas ainda deixam para ser algo futuro.

Para que aconteça realmente uma inclusão é necessário que em todos os lugares tenha essa motivação e interesse de realmente incluir o surdo, em todos os aspectos. Visto que a LIBRAS é uma língua e permanece em constantes mudanças, é necessária diferenciação nas práticas, no atendimento, nas metodologias de ensino, no processo de avaliação no âmbito educacional, na formação continuada dos professores, dentre outros.

Nos três lugares visitados e aplicados as oficinas de LIBRAS no primeiro momentos que tiveram um contato com a comunidade surda já puderam perceber a necessidade desse conhecimento com o idioma, e com isso, não foi difícil o diálogo para a proposta das oficinas. Com base nisso viram a necessidade de cumprir o que está previsto na Lei. Porém, ainda é necessário que os profissionais tenham essa formação continuada, não apenas em participar de momentos como esse. Esse foi apenas o primeiro encontro com a Libras para essas empresas, então que sirva de exemplo para outras instituições para cumprirem o que diz a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002, onde todos os ambientes públicos e privados tem que aceitar e incluir o surdo com a sua língua materna, a LIBRAS.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acessado em 24 de Fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei da Acessibilidade nº 10.098** de 19 dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em:<

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10098.HTM](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.HTM) .> Acessado em 24 de Fevereiro de 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica** / Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.436** de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm)> Acesso em: 07 fevereiro 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626** de 26 de setembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm) > 07 fevereiro 2020.

\_\_\_\_\_. **LEI 13.146/2015** (LEI ORDINÁRIA) de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146)> Acesso em: 07 agosto 2019.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

LANE, H., HOFFMEISTER, R. e BAHAN, B. **A journey into the Deaf-World**. Califórnia: DawnSign Press, 1996.

MARKOWICZ, H. "Myths about ASL". In: LANE, H. e GROSJEAN, F. (eds.). **Recent Perspectives on American Sign Language**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers, 1980, p. 1-6.

PERREIRA, M. C. C. org. **LIBRAS conhecimento além dos sinais**. 1.ed. – São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

MACHADO, Flávia Medeiros Álvaro. **Conceitos abstratos:** escolhas interpretativas de Português para Libras. Prisma. Curitiba, 2014.

SLOMSKI, Vilma Geni. **Educação Bilíngue para Surdos:** concepções e implicações práticas. 1ª Ed. (2010), 1.ª reimp/Curitiba: Juruá, 2011.